



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições e os procedimentos que regerão a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo reserva e cotação/emissão de seguro de assistência em viagens internacionais, bem como quaisquer outras providências necessárias ao regular e adequado cumprimento das obrigações decorrentes da respectiva contratação conforme condições do Edital e seus anexos.**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	
01	Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo reserva e cotação/emissão de seguro de assistência em viagens internacionais, bem como quaisquer outras providências necessárias ao regular e adequado cumprimento das obrigações decorrentes da respectiva contratação.	
Valor máximo admitido por serviço de agenciamento (A)	Valor arbitrado pelo TRE (simula o valor de um trecho) (B)	Valor máximo do item C = (A + B)
- R\$ 0,01	R\$ 100,00	R\$ 99,99
CATMAT/CATSER	3719	

1.2. Será considerada vencedora a licitante que oferecer o MENOR VALOR para o Item C.

1.3. Os serviços previstos a serem executados durante a vigência da contratação estão indicados no Capítulo 3 deste documento.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria TRE/MS nº 131/2023.

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.6. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do termo de contrato, prorrogável na forma da Lei.

1.6.1. Os serviços objeto da presente contratação são classificados como continuados, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei 14.133/2021, por serem

destinados ao atendimento de necessidade permanente do TRE/MS.

1.6.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6.3. Por se tratar de contratação com quantitativo estimado, o saldo contratual, porventura existente no final da vigência do contrato, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 124, I, b, c/c 125 e 126, todos da Lei 14.133/2021, **estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.**

1.7. Em caso de divergência entre a descrição do serviço indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e de seu quantitativo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Preliminares, **Anexo I-A** deste Termo de Referência.

2.2. Os serviços de agenciamento de viagens objetivam atender às demandas por transporte, na modalidade aérea, de magistradas e magistrados, servidoras e servidores e colaboradoras e colaboradores da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, quando da participação em eventos institucionais, cursos de capacitação, seminários, congressos e conferências.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. A solução adotada para a satisfação da necessidade administrativa é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo reserva e cotação/emissão de seguro de assistência em viagens internacionais, bem como quaisquer outras providências necessárias ao regular e adequado cumprimento das obrigações decorrentes da respectiva contratação conforme condições do Edital e seus anexos.

3.2. Para fins desta contratação, considera-se:

I - Agenciamento de viagens: serviço prestado por agência de turismo, compreendendo a venda comissionada ou a intermediação remunerada na comercialização de passagens, viagens e serviços correlatos, conforme especificações contidas no instrumento convocatório.

II - Bilhete de passagem: compreende a tarifa e a taxa de embarque, e, se for o caso, os valores dos serviços acessórios;

III - Companhia aérea: empresas de prestação de serviços aéreos comerciais de transporte de passageiros;

IV - Passagem aérea: compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação;

V - Serviços acessórios: serviços prestados pelas companhias aéreas que se interligam com a prestação dos serviços de transporte aéreo, tais como: despacho de bagagem, marcação / seleção de assentos, dentre outros;

VI - Tarifa do serviço de transporte aéreo de passageiros: valor único cobrado pela companhia aérea em decorrência da prestação do serviço de transporte

- aéreo de passageiros, de acordo com o itinerário determinado pelo adquirente;
- VII - Taxa de embarque: tarifa aeroportuária cobrada à (ao) passageira (o), por intermédio das companhias aéreas;
- VIII - Trecho: compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões, escalas ou ser utilizada mais de uma companhia aérea.

DOS SERVIÇOS E VALORES

3.3. A descrição básica dos serviços a serem contratados consta do quadro seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
01	Agenciamento de Viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo reserva e cotação/emissão de seguro de assistência em viagens internacionais, bem como quaisquer outras providências necessárias ao regular e adequado cumprimento das obrigações decorrentes da respectiva contratação.

3.4. Para fins de fixação do valor da contratação adotar-se-á como critério o **valor total estimado a ser gasto** durante a vigência do contrato, de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

3.4.1. O valor mencionado na cláusula anterior é meramente estimativo, não consistindo em compromisso de aquisição de serviços pelo TRE/MS, que requisitará somente os serviços de que tenha efetiva necessidade.

3.4.2. Para fins de informação das empresas interessadas, no quadro abaixo estão indicados os montantes despendidos pelo TRE/MS com a aquisição de passagens aéreas durante a vigência do atual contrato.

Vigência do Contrato n.º 32/2019	Quantidade de Passagens	Valor Gasto	Valor Médio gasto por passagem
01ª vigência: 11/06/19 a 10/06/20	123	193.711,54	1.574,89
02ª vigência: 11/06/20 a 10/06/21	1	2.587,36	2.587,36
03ª vigência: 11/06/21 a 10/06/22	45	127.432,13	2.831,83
04ª vigência: 11/06/22 a 10/06/23	81	208.590,57	2.575,19
05ª vigência: 11/06/23 a 10/06/24	81*	243.857,32*	3.010,54*

* Valores das passagens emitidas até o dia 21/03/2024.

3.5. A empresa interessada em prestar os serviços objeto desta contratação deverá ofertar taxa de agenciamento negativa, isto é, desconto pela emissão de passagem aérea.

3.5.1. O desconto deverá ser ofertado em **valor monetário (R\$)** e será

aplicado para cada trecho adquirido.

3.6. Será considerada vencedora a licitante que oferecer o **maior desconto, ou seja, aquela que ofertar o menor valor para o Item C, conforme cálculo descrito na tabela da cláusula 1.1 deste Termo de Referência.**

3.6.1. A licitante deverá oferecer proposta inferior ao valor do trecho arbitrado pela Administração (B). Neste caso, a licitante estará ofertando taxa de agenciamento negativa, o que significa que estará ofertando desconto, em reais, sobre o valor do trecho. Vejam as hipóteses abaixo para melhor entendimento da dinâmica do valor a ser proposto:

a) **Hipótese 1:** Se o valor final proposto para o item (C), for de R\$ 99,99, significa que a licitante ofertou taxa de agenciamento zero e desconto de R\$ 0,01 (um centavo) por trecho, nas passagens aéreas.

b) **Hipótese 2:** Se o valor final proposto para o item (C), for de R\$ 95,00, significa que a licitante ofertou taxa de agenciamento zero e desconto de R\$ 5,00 (cinco reais) por trecho.

c) **Hipótese 3:** Se o valor final proposto para o item (C), for de R\$ 80,00, significa que a licitante ofertou taxa de agenciamento zero e desconto de R\$ 20,00 (vinte reais) por trecho.

3.6.1.1. O valor do desconto ofertado será aplicado para cada trecho adquirido. Assim, a título de exemplo e tomando como referência o desconto indicado na hipótese 3 acima, caso o TRE/MS adquira passagem aérea apenas de ida de Campo Grande para Brasília com custo total de R\$ 100,00 (cem reais), o valor final a ser pago à empresa contratada será de R\$ 80,00 (oitenta reais), correspondente ao custo da passagem (R\$ 100,00), deduzido do valor do desconto ofertado (R\$ 20,00). Caso a passagem adquirida seja de ida e volta, o valor a ser deduzido será de R\$ 40,00 (R\$ 20,00 por trecho).

3.7. O desconto **não** será aplicado nos casos de reservas, cancelamentos, reembolsos, emissões de relatórios gerenciais e comprovantes de embarque, bem como para pesquisas de informações de regras de passagens aéreas, itinerários, horários, tarifas, periodicidade de voos e de variação de tarifas, inclusive promocionais.

3.8. As passagens aéreas emitidas terão como ponto de origem ou destino, principalmente, o município de Campo Grande/MS.

3.9. O Serviço de Agenciamento de Viagens compreende a emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea pela agência contratada.

3.9.1. Deve estar incluso também o serviço de reserva, bem como quaisquer outras providências necessárias ao regular e adequado cumprimento das obrigações decorrentes da respectiva contratação.

3.9.2. O serviço de agenciamento também engloba eventual cotação e emissão de seguro de assistência (seguro-viagem) em viagens internacionais, quando necessário.

3.10. As passagens deverão ser emitidas sempre no menor valor, prevalecendo, sempre que disponível, a tarifa promocional em classe econômica. (inciso III, do art. 2º da Portaria MP 98/2003 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

3.10.1. Acerca da cláusula 3.10, deve-se entender que a contratada deverá assegurar o menor preço em vigor praticado por qualquer das companhias aéreas do setor, mesmo em caráter promocional, repassando ao Tribunal todos os descontos e vantagens oferecidos que possam resultar em vantagem

econômica para o Tribunal.

3.10.2. O preço da passagem aérea será paga pelo preço praticado, por ocasião da sua emissão e corresponderá ao somatório dos seguintes elementos:

- a) valor da tarifa (valor cobrado pelo serviço de transporte aéreo);**
- b) taxa de embarque;**
- c) valor (es) de serviços(s) acessório (s) (franquia de bagagem, seleção de assento, etc.), se houver;**
- d) desconto correspondente à taxa de agenciamento, em reais (R\$), conforme proposta da contratada;**
- e) outros valores pertinentes, que deverão estar devidamente identificados;**

3.10.3. O contratante repassará à contratada os valores resultantes dos cálculos realizados para estipular o preço da passagem, conforme cláusula 3.10.2, para fins de pagamento às companhias aéreas prestadoras de tais serviços.

3.11. As cotações de seguro-viagem (seguro de assistência), quando houver necessidade nos casos de viagens internacionais (nos termos do art. 4º, §2º, da IN n.º 03 de 11/02/2015), deverão ser encaminhadas à fiscalização para verificação do prêmio e coberturas.

3.11.1. A fiscalização escolherá o seguro-viagem que tenha as coberturas mínimas exigidas na legislação internacional (como o Tratado de Schengen, por exemplo) e que tenha o menor prêmio.

3.12. Os valores a serem pagos pela contratante com seguro-viagem serão repassados à contratada juntamente com os valores a serem pagos pelas passagens aéreas internacionais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa deverá comprovar Regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho (CNDT).

DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2. Como condição para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, a empresa deverá:

a) comprovar aptidão para a prestação de serviços em características compatíveis com o objeto desta contratação, por meio de ATESTADO (s) DE CAPACIDADE TÉCNICA fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado;

a.1) considera-se como prestação de serviços compatíveis com o objeto desta contratação: a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão de passagens aéreas nacionais e/ou internacionais, por período não inferior a 12 (doze) meses consecutivos.

a.2. Para a comprovação do lapso temporal estabelecido na alínea "a.1" acima, será admitido somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a períodos consecutivos e não concomitantes.

b) Autorização para comercializar passagens, no mínimo, das companhias

aéreas LATAM, GOL e AZUL.

4.3. A comprovação das exigências da cláusula 4.2 será feita:

a) no caso da exigência da alínea "a": na etapa de habilitação da sessão pública do pregão eletrônico, mediante apresentação de atestado (s), na forma disciplinada no edital;

b) no caso da exigência da alínea "b": feita no momento da assinatura do Termo de Contrato, mediante apresentação das autorizações de comercialização de passagens emitidas pelas companhias aéreas.

4.4. A empresa contratada poderá oferecer ao TRE/MS opções de vôos de outras companhias aéreas com as quais opere.

4.5. No caso de nova companhia aérea passar a operar vôos nesta Capital (Campo Grande/MS), a empresa contratada deverá providenciar seu credenciamento para comercialização de passagens aéreas da nova companhia, de modo a ampliar a oferta de serviços ao TRE/MS.

4.6. A empresa contratada deverá prestar informações ao Tribunal contratante, quando solicitado, sobre o melhor roteiro de viagem, horário e frequência de vôos (partida/chegada).

4.7. De modo a viabilizar o contato entre o TRE/MS e a empresa contratada, esta deverá indicar endereço de correio-eletrônico para envio de requisições, consultas e outras mensagens pertinentes à execução contratual, e número de telefone fixo ou móvel para contato telefônico nos casos que requeiram maior celeridade na comunicação.

4.8. É de responsabilidade da empresa manter em perfeito funcionamento o meio de contato indicado, comunicando ao TRE/MS qualquer interrupção ou falha, providenciando, imediatamente, outra forma de contato similar.

4.9. Além dos meios de contato, a empresa contratada deverá indicar, nominalmente, funcionária (s) / funcionário (s) que ficará (ão) responsável (is) pelo atendimento preferencial ao TRE/MS.

4.9.1. A funcionária / o funcionário indicada (o) pela empresa deverá ter autonomia para resolver questões relacionadas à prestação dos serviços, devendo a empresa indicar substituta (o), em caso de afastamento / impedimento daquela (e).

4.10. O atendimento deverá ser prestado, ao menos, de 2ª a 6ª-feira (em dias úteis, considerando o calendário aplicado a Campo Grande/MS), no horário de 12:00 às 18:00 (horário local de Mato Grosso do Sul).

4.11. As informações relativas à forma de contato e à indicação de funcionária (o) responsável pelo atendimento ao TRE/MS deverão ser repassados à Fiscalização no prazo de até 2 (dois) dias úteis posteriores ao recebimento, pela contratada, do Termo de Contrato.

SERVIÇOS CONTINUADOS

4.12. O serviço de emissão de passagens aéreas consiste em necessidade permanente do TRE/MS, posto que para desenvolvimento de suas atividades haja demanda recorrente por deslocamentos por via aérea da Alta Administração, dos membros do Pleno, do corpo funcional e de colaboradoras (es) eventuais.

4.13. Diante disso, com a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021, é possível enquadrar o serviço de agenciamento de viagens como continuado com base no

disposto no inciso XV, art. 6º da citada lei:

Art. 6º

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas; (*grifos nossos*)

CONTRATO ESTIMATIVO

4.14. Considerando o disposto nas cláusulas 4.12 e 4.13 acima, será firmado contrato estimativo com a empresa vencedora do certame, que poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021. O montante previsto a ser despendido indicado na cláusula 3.4 corresponde à demanda do TRE/MS estimada para o período de 12 (doze) meses, não estando este Tribunal vinculado à utilização integral desse valor.

CONSÓRCIO

4.15. Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.16. Entende-se necessária a exigência do seguro garantia dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), considerada a relevância do objeto da contratação.

SUBCONTRATAÇÃO

4.17. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

SUSTENTABILIDADE

4.18. Quanto aos critérios de sustentabilidade, para esta contratação foi previsto o seguinte:

4.18.1. Critério Ambiental:

- a) Preferência pela emissão dos documentos pertinentes à contratação em formato eletrônico, minimizando o uso de papel e de impressões.
- b) Quando possível, escolher a opção de passagem aérea com compensação de CO₂ (gás carbônico) emitido, desde que haja compatibilidade de preços.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A solicitação de emissão de passagem aérea será feita mediante formulário padronizado do TRE/MS, denominado de REQUISIÇÃO DE PASSAGEM AÉREA, que será enviado à empresa contratada pela (o) Fiscal de Contrato.

5.1.1. O modelo do formulário será apresentado à empresa contratada para conhecimento e para verificação se dele constam todas as informações necessárias para a efetivação da emissão da passagem requerida.

5.1.2. Em caso de necessidade de alteração, inclusão ou exclusão de informação

do formulário padronizado, a empresa contratada deverá comunicar à Fiscalização de Contrato para que seja providenciada a atualização.

5.1.2.1. A pendência de atualização do formulário não poderá ser impeditivo de emissão da passagem aérea requerida, devendo ser adotado outro meio para ajuste ou complemento das informações necessárias.

5.2. Poderá ser utilizada outra forma, que se demonstre mais eficiente, para a solicitação de emissão de passagens, desde que devidamente acordada entre a empresa e o TRE/MS.

5.3. A contratada deverá efetivar a emissão da passagem aérea requerida pelo TRE/MS até o dia útil imediatamente posterior ao do recebimento da requisição.

5.4. No caso de contratação de seguro-viagem, a contratada deverá providenciar:

- a) a cotação de valores de prêmios de seguro em até 3 dias úteis posteriores ao recebimento da solicitação de cotação emitida pela Fiscalização do TRE/MS; e,
- b) a emissão da apólice de seguro em até 5 dias úteis posteriores ao recebimento da requisição encaminhada pela Fiscalização do contrato.

5.5. A contratada deverá encaminhar à Fiscalização de contrato, através de e-mail, o bilhete / tíquete de passagem aérea emitida, contendo o código localizador da reserva, os dados referentes ao voo, Companhia Aérea, data e horário de embarque, classe / categoria tarifária, valores da tarifa e, se for o caso, dos serviços acessórios, e as condições aplicáveis em caso de remarcação ou cancelamento (valores de multas, reembolso, etc.).

5.5.1. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no na data do seu envio.

5.6. Em caso de emissão de passagem aérea com erro e/ou omissão, atribuível à empresa e que comprometa sua utilização, a contratada deverá providenciar a correção, e, ainda, arcar com eventuais prejuízos que isso acarretar.

5.7. Juntamente com o bilhete / tíquete da passagem aérea emitida, a empresa contratada deverá apresentar à Fiscalização relatório contendo os seguintes dados: trecho (s) percorrido (s), valor da tarifa da passagem aérea adquirida por trecho, valor de taxa de embarque, valor de franquia de bagagem e de outros serviços acessórios, se houver, valor do seguro-viagem, se houver, valor do desconto ofertado e valor total a ser pago pelo TRE/MS.

5.8. As informações consignadas no relatório serão verificadas pela Fiscalização e servirão de base para conferência da Nota Fiscal/Fatura a ser emitida.

5.9. Nos casos de alteração, remarcação ou cancelamento de passagem aérea, ou de trecho nela compreendido, serão aplicadas as regras vigentes à época, de acordo com a classe / categoria tarifária da passagem aérea emitida.

5.9. Havendo necessidade de alteração, remarcação ou cancelamento de passagem aérea, ou de trecho nela compreendido, a Fiscalização de Contrato comunicará à contratada para que adote as providências pertinentes, cabendo a esta apresentar ao TRE/MS as opções disponíveis (crédito, reembolso, reemissão, etc.), com as suas respectivas condições e valores correspondentes, de modo que o Tribunal possa eleger a opção mais adequada ao caso em questão.

5.10. Quando dessas ocorrências resultar valor em favor do TRE/MS, a empresa contratada deverá apresentar relatório indicando os dados da passagem aérea que tiver dado origem ao crédito, a opção de resgate escolhida pelo Tribunal, a forma e o prazo para efetivação desse resgate.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos à prestação dos serviços ficarão a cargo de servidora (s) / servidor (es) pertencente (s) ao quadro deste Tribunal, a (s) / o (s) qual (is) será (ão) formalmente designada (s) / o (s) pela Administração.

6.3.1. O contato entre o TRE/MS e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela (s) / o (s) fiscal (is) do contrato, ou pela (s) / o (s) respectiva (s) / o (s) substituta (s) / o (s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a (o) fiscal comunicará o fato imediatamente à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

f) Comunicar à gestora / ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#));

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência da (o) fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#));

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#));

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pela (o) agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#));

6.5. Compete ainda à Fiscalização:

- a) acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços pela contratada;
- b) requisitar a emissão de passagens aéreas e outros serviços compreendidos na contratação;
- c) receber as passagens aéreas emitidas pela contratada;
- d) conferir os valores das passagens aéreas e do desconto ofertado;
- e) manter registro das ocorrências relacionadas à prestação dos serviços, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
- f) comunicar à contratada as falhas detectadas, através de Ordem de Serviço (O.S.) numerada e, de preferência, em 2 (duas) vias, uma das quais será visada pela empresa, só assim produzindo seus efeitos;
- g) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da prestação dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas;
- h) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- i) manter controle do saldo contratual;
- j) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

6.6. As atribuições e os procedimentos de fiscalização serão fixados na Portaria de designação da fiscalização e/ou em normativo interno.

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O TRE/MS poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os recebimentos provisórios e definitivos dos serviços ficarão a cargo da Fiscalização do TRE/MS, conforme descrito a seguir.

7.2. O **recebimento provisório** dos serviços será efetuado por ocasião do recebimento do bilhete / tíquete da passagem aérea ou do documento relativo ao seguro-viagem, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) conformidade dos dados constantes do bilhete / tíquete da passagem aérea ou do documento relativo ao seguro-viagem com os da requisição;
- b) conformidade dos valores indicados;

7.3. Atendidas as condições indicadas acima, será procedido o recebimento provisório dos serviços.

7.4. Caso se constate alguma inconformidade, que seja sanável, o recebimento provisório deverá ser feito com a pertinente ressalva.

7.5. Em caso de ser constatada inconformidade que não seja sanável (ex.: erro na identificação da (o) passageiro (a)), será procedida a recusa de recebimento provisório.

7.6. Na hipótese indicada na cláusula 7.3, a contagem do prazo de execução será suspensa e a data do recebimento provisório será considerada como termo final para fins de aferição do cumprimento do prazo de execução pela empresa contratada, salvo o disposto na cláusula 7.10.1.

7.7. Nas hipóteses das cláusulas 7.5 e 7.6, terá prosseguimento a contagem do prazo de execução.

7.8. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento provisório ou definitivo do serviço.

7.9. O **recebimento definitivo** dos serviços será efetuado mensalmente, por ocasião da apresentação da nota fiscal / fatura pertinente ao período de referência, satisfeitas as condições abaixo:

a) apresentação da nota fiscal / fatura pela empresa contratada, contendo a descrição dos serviços prestados no período de referência;

b) conformidade da nota fiscal / fatura apresentada.

7.9.1. Constatado que o serviço prestado atende ao exigido, será registrado o recebimento definitivo mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.10. Verificada alguma falha na prestação dos serviços, seja por ocasião do recebimento provisório ou do definitivo, será feito o registro formal e comunicado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção.

7.10.1. Na ocorrência do disposto na cláusula 7.10, terá continuidade a contagem do prazo de execução, a partir da data em que a empresa contratada for comunicada.

7.11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar serviço cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

7.12. Competirá à contratada arcar com ônus de refazimento de serviço que seja considerado de baixa qualidade, e/ou cujas características se mostrem diversas do requisitado e/ou das exigidas neste Termo de Referência.

Pagamento

7.13. O pagamento será realizado mensalmente, compreendendo os serviços executados no mês de referência.

Emissão da nota fiscal

7.14. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter, no mínimo, os seguintes dados:

a) identificação da contratada;

b) identificação do contratante;

c) discriminação básica dos serviços prestados no mês de referência;

d) valor total dos serviços prestados;

7.14.1. No próprio corpo da Nota Fiscal / Fatura ou em relatório a ela anexado, deverão constar o detalhamento dos serviços prestados, agrupados por companhia aérea / executor dos serviços, com indicação de, no mínimo e conforme o caso:

a) nome da companhia aérea / executor e número do respectivo CNPJ;

b) o trecho percorrido;

c) nome da (o) passageira (o);

d) data de emissão do bilhete / tíquete da passagem aérea;

e) data de embarque do voo;

f) valor da tarifa cobrado pela companhia aérea;

g) valor da taxa de embarque;

h) valores dos serviços acessórios (franquia de bagagem, seleção de assento, etc.);

i) valor do seguro-viagem;

j) valor do agenciamento/desconto ofertado;

k) valor total a ser pago.

7.15. A contratada deverá anexar às Notas Fiscais/Faturas, as requisições de passagem aérea - RPA emitidas pela fiscalização do contrato.

7.16. O pagamento dos serviços efetivamente prestados será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura pela Contratada, em conformidade com a legislação tributária, acompanhada das comprovações relativas à regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante apresentação dos documentos de regularidade exigidos na lei de licitações.

7.17. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.18. A empresa contratada deverá emitir a Nota Fiscal / Fatura e encaminhá-la à Fiscalização de Contrato até o 5º dia útil do mês imediatamente subsequente ao da prestação de serviços (mês de referência).

Pagamento da nota fiscal

7.19. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal / fatura à Fiscalização.

7.20. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

a) a Fiscalização fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o encaminhamento à Seção de Finanças da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade para efetivação do pagamento à

contratada;

b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da documentação proveniente da fiscalização;

7.21. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

7.22. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor devesse comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

7.23. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO EXECUTOR DOS SERVIÇOS

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O executor dos serviços (contratada) será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO (maior desconto monetário ofertado) (vide cláusulas 1.2, 3.5 e 3.6).

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

8.3. A análise das propostas será realizada por servidora (s) / servidor (es) do TRE/MS, designada (s/o(s)) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas proponentes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.4. A empresa interessada em oferecer proposta de preços para o serviço previsto neste Termo de Referência deverá efetuar o levantamento de todos os custos concernentes, visando à formação dos preços a serem ofertados.

8.4.1. É de responsabilidade de cada empresa a metodologia empregada para o levantamento de custos e a formação de seus preços.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita

Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema;

e) ATESTADO (s) DE CAPACIDADE TÉCNICA fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado que comprove aptidão para a prestação de serviços com características compatíveis com o objeto desta contratação.

a.1) considera-se como prestação de serviços compatíveis com o objeto desta contratação: a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a emissão de passagens aéreas nacionais e/ou internacionais, por período não inferior a 12 (doze) meses consecutivos.

a.2. Para a comprovação do lapso temporal estabelecido na alínea "a.1" acima, será admitido somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a períodos consecutivos e não concomitantes.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Para a estimativa dos valores da contratação foi considerado o montante previsto a ser despendido com a aquisição dos serviços no período de 12 meses, a saber: **R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**, que será o mesmo valor considerado para fins de reserva orçamentária.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;

b) Fonte de Recursos: **20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;**

c) Programa de Trabalho: **02.122.0033.20GP.0054;**

d) Elemento de Despesa: 3390.33.01;

e) Planos Internos: ADM PASSAG, ADM PASMEN, MS CAPPAC e MS CAPEJE.

11. CAPÍTULO IX - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As disposições quanto as infrações e sanções administrativas estão previstas

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. São direitos e/ou deveres do Contratante:

- a) Requerer da contratada a prestação dos serviços objeto desta contratação, em conformidade com as disposições deste Termo de Referência e do Contrato;
- b) Exercer a fiscalização dos serviços, na forma prevista na legislação aplicável;
- c) Registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que julgar necessário à regularização das faltas e defeitos observados;
- d) Comunicar à contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;
- e) Aplicar à contratada penalidades por descumprimento deste Termo de Referência e de cláusulas contratuais;
- f) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- g) Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas para a presente contratação;
- h) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e no contrato;

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. São obrigações e/ou direitos da contratada:

- a) Executar os serviços decorrentes da contratação na forma e condições determinadas;
 - a.1) Iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da assinatura do Termo de Contrato.
- b) Atender às solicitações, esclarecimentos e determinações da Fiscalização, feitas por Ordens de Serviços, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis;
- c) Fornecer todas as informações e elementos necessários à consecução das atividades da fiscalização, bem como à percepção pelo TRE/MS dos resultados esperados com a execução dos serviços;
- d) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à execução do contrato, sendo de inteira responsabilidade da contratada a estrutura (pessoal, equipamentos, etc.) necessária à perfeita execução dos serviços;
- e) Providenciar a correção das deficiências apontadas por este TRE/MS quanto à execução contratual, especificamente quanto aos serviços sobre a responsabilidade da contratada;
- f) Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;
- g) A contratada fica, nos termos da Lei 14.133/2021, obrigada a aceitar os acréscimos de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários;

- h) Receber os valores que lhe forem devidos pela execução contratual, na forma disposta no Termo de Referência e no Contrato;
- i) Responder civil e penalmente por qualquer descumprimento das disposições legais;
- j) Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);
- k) Dar plena ciência do disposto na Resolução 176/2023, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS;
- l) Dar conhecimento, às funcionárias / aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
- m) Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande, MS, na data da assinatura eletrônica.

JOSY ALINE DE OLIVEIRA SILVA

Integrante Demandante

GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO

Integrante Administrativo

LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA

Unidade Gestora



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 06/05/2024, às 16:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUÍS MACIEL MALVES DA SILVA, Coordenador(a)**, em 06/05/2024, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1628055** e o código CRC **982F4A0D**.



0001690-44.2024.6.12.8000

1628055v87